

## DOSSIÊ LEMBRANÇAS

Mariza Peirano

A relação de orientação na antropologia produz elos de uma seqüência de gerações intelectuais e revela momentos *sui generis* em que a teoria é vivida em diálogo entre um professor e um estudante. A orientação é a base da formação de linhagens acadêmicas e intelectuais. Penso que uma relação deste tipo nunca tem fim.

\*

Conheci David Maybury-Lewis em julho de 1975, no Rio de Janeiro, logo após ser aceita como aluna em Harvard. Ele e Pia estavam no Brasil, hospedados na casa de Bruce Bushey, representante da Fundação Ford, da qual eu havia recebido uma bolsa de doutorado no exterior. Soube, então, que seria sua orientanda.

Na época, surpreendi-me. Na Universidade de Brasília, onde eu havia realizado o mestrado, a escolha do orientador era um processo de mão dupla, um acordo que íamos tecendo ao longo do primeiro semestre de aulas. Depois vim a entender que, nos Estados Unidos de então, e até hoje, aliás, domina uma tendência de os orientadores de antropologia serem definidos por áreas geográfica e cultural. Assim, era natural que David fosse automaticamente designado meu orientador.

Mas esta não era uma situação inalterável. Muitos colegas brasileiros escolheram outro orientador quando definiram melhor seus temas de pesquisa. Contudo, após o primeiro ano, isto é, depois de fazer os dois cursos de teoria obrigatórios ministrados por David, ficou claro, para mim, que eu o queria como meu orientador, *no matter what*. Havia uma razão central: seus padrões de exigência eram imbatíveis. Eu perseguia desafios intelectuais; David os oferecia sem tréguas. Penso que sempre confiei mais na exigência do que na condescendência — a exigência nos dá parâmetros nos quais podemos encontrar nossa própria liberdade; a condescendência nos confunde. E David era exigente em tudo: muito crítico, muito firme, muito perspicaz, muito

sutil, muito difícil de agradar. Outra característica sua me atraía muito — David não impunha um padrão, nem acreditava que se pudesse ensinar antropologia. Para ele, um antropólogo se formava por si próprio, contando com seus recursos individuais, e por meio de uma sólida bagagem intelectual. Todo esse processo ele supervisionava, guiava, mas sem interferência maior; ele colocava desafios, cabia a nós respondê-los — se pudéssemos.

\*

Nos primeiros anos, David era “M-L” para os alunos. Esta era uma brincadeira que passamos a fazer quando nos familiarizamos com a maneira como os colegas mais velhos chamavam os antropólogos clássicos que tinham sobrenomes hifenizados: “R-B” (para Radcliffe-Brown), “E-P” (Evans-Pritchard) ou “L-S” (Lévi-Strauss). Eu não diferia dos outros, e também assim me referia a ele. Mas havia duas versões do mesmo “M-L”, que surgiram nos dois cursos que ele ministrava no primeiro ano. Uma versão era o M-L do seminário de teoria e história da antropologia, o famoso “205a”, curso teórico obrigatório para os alunos de doutorado de antropologia social, mas também freqüentado pelos de arqueologia e de antropologia biológica. A turma era pequena — os oito alunos de antropologia social, mais alguns poucos das outras áreas.

Nesse seminário, David não participava ativamente. Ele nos ouvia. Cabia a nós manter o ritmo de discussão durante uma hora e cinquenta minutos, tempo que durava o seminário. Apenas nos últimos minutos David se manifestava, quando então fazia um apanhado geral dos principais pontos. A exceção à sua conduta ocorria quando alguém cometia uma gafe teórica ou histórica ou, mais temível, quando um aluno não se manifestava por mais de uma aula. Manifestar-se pouco era uma prerrogativa do professor. Resultado: o silêncio de David era de uma eloqüência imensa, e seus esparsos comentários, motivo de uma apreensão antecipada. Havia outras pequenas regras, entre elas a de que comentadores dos autores discutidos não seriam bem-vindos; alunos deviam ler os livros em primeira mão. Pairava certa orientação de que esse era, além de um recurso pedagógico, um equalizador democrático — não havia lugar para ninguém se mostrar mais bem informado do que os colegas. Não havia lugar para truques.

Para muitos de nós, a tensão era grande. E como a aula era seguida de uma “happy-hour” no *lounge* do 4º andar — bem ao lado da sala do seminário — onde todas as semanas nos encontrávamos com outros colegas e professores, um dia um aluno de arqueologia (que fazia o curso conosco) teve uma idéia que a maioria considerou brilhante. Levaria para o seminário uma garrafa de

vinho, sem muita pretensão, assim como se apenas antecipássemos a confraternização seguinte — embora o objetivo, naturalmente, fosse tornar a discussão mais relaxada e a participação mais livre. Tendo a aprovação do professor no início da aula, cada um de nós recebeu um copo de vinho. Ao terminar o seminário, todos tínhamos bebericado o vinho; o único copo intocado era o de M-L. A lição ficou: ele não iria misturar teoria com entretenimento, tampouco iria aceitar a insinuação de que o seminário era tenso. A experiência nunca mais se repetiu. E continuamos a temer as quartas-feiras.

Que o objetivo de David era nos fazer mergulhar nas monografias, isto esteve evidente desde o primeiro dia de aula. Estávamos ali para nadar ou nos afogar; nadando, desenvolveríamos nossa própria abordagem à disciplina. Recebemos do professor uma singela folha de papel mimeografado, com uma lista de aproximadamente vinte livros, em espaço 1, com autor, título e data da primeira publicação, além do dia do seminário. Nada mais. Vinte livros, vinte linhas. Na maioria das vezes, um livro por semana; algumas semanas, mais que um. E foi assim, mergulhando nos clássicos, sem escoras nem muletas, que nos formamos teoricamente.

\*

A outra faceta de M-L surgiria em outro curso obrigatório, ministrado no mesmo semestre: o curso expositivo sobre teoria social, o "173". Diferente do seminário, este se ambientava em um auditório lotado de alunos de graduação e pós-graduação, no *basement* do William James Hall. Foi quando aprendi que uma aula de teoria social de um curso que começava, salvo engano, com Comte, podia ser não apenas interessante, mas extremamente elegante, bem construída, argumentada e apresentada de improviso a partir de algumas poucas anotações escritas. David foi um *lecturer* excepcional, assim como de uma elegância ímpar. Dividindo o curso com o colega Nur Yalman, tínhamos aulas expositivas de cinquenta minutos, duas vezes por semana. Os dois professores alternavam-se, dependendo do tema e dos autores tratados — se, por exemplo, Lévi-Strauss era tema de uma aula de David, a ela se seguia uma palestra de Yalman sobre Louis Dumont. E, assim, as preferências teóricas de cada um iam se desenrolando à nossa frente. Lembro-me que David fazia uma entrada *sui generis*: aos exatos 7 minutos depois das 11 horas, entrava com passos largos e rápidos pela lateral do auditório, às vezes ainda com sua parca esportiva sobre um blazer de estilo acadêmico, e subia os degraus do palco, onde, imediatamente, assumia a atitude de conferencista com a voz sonora e o sotaque britânico que os alunos adoravam. Ao meio-dia em ponto a aula terminava.

Diferente do seminário sobre teoria, no qual sua posição diante dos autores parecia um enigma, neste curso David deixava aflorar não apenas sua erudição, mas também, aqui mais aparente e de forma sempre sutil, sua perspectiva em face das várias questões que preocupam as ciências sociais. Havia constantemente um *plot* que se desenrolava na exposição e que nos prendia a atenção. E como líamos às vezes dois livros de um mesmo autor com poucas semanas de diferença — um deles para o seminário 205a, outro para o curso 173 — os alunos mais espertos procuravam captar qualquer leve indício que fosse da orientação do professor nas aulas expositivas (não que isso ajudasse muito). Das experiências do “205a” e do “173”, hoje me é claro o jogo complexo que fundamentava a relação de David com os alunos recém-admitidos. No seminário de pós-graduação, a proximidade ao redor da mesma mesa era acompanhada do quase silêncio do professor; no curso 173, se estávamos mais em contato com sua orientação teórica, por outro lado, a separação espacial era bem definida: ele, no palco, nós, na platéia.

\*

Até então, David era “M-L” para todos nós. Eu havia sido alertada, ainda no Brasil, de que o fato de David ter ali feito pesquisa, ser amigo íntimo de vários ex-professores meus e falar um português impecável não autorizava qualquer pretensão a uma familiaridade maior. No Brasil, David era diferente. Dirigir-me a ele em português no contexto de Harvard, nem pensar! Assim, professor brilhante, um pouco formal, nós nos sentíamos todos, inclusive eu, um pouco intimidados em sua presença e temerosos do seu julgamento. Uma palavra sua tinha um valor incalculável, para o bem ou para o mal. Aos poucos, no entanto, este M-L distante foi se transformando, para mim, no “David” próximo e amigo. Foi quando descobri que o português não era uma língua interdita entre nós. Ao contrário, era a língua reservada para a descontração e a brincadeira, e tinha o seu lugar quando faltava *aquela* palavra que não tinha o equivalente em inglês, ou no momento em que David nos saudava quando entrávamos em sua casa ou, ainda, quando se despedia em uma carta de um modo carinhoso com um “grande abraço” ou “um abraço afetuoso”. O português era a língua secreta da intimidade.

\*

Mas volto no tempo para me perguntar se, em alguma medida, David não estava ciente da reação que provocava de imediato nos alunos novatos e, mais, se até certo ponto não administrava os dois sentidos: o formal e o afetivo.

Penso nisto quando me lembro que David tinha salas de trabalho nos dois lados do patamar das escadas do terceiro andar do Peabody Museum, às quais se tinha acesso subindo do segundo para o terceiro, ou descendo do quarto, já que a porta que ligava este patamar à exposição do Museu ficava sempre trancada. Do lado direito de quem subia, a sala de David era precedida por outra, bem pequena, ocupada pela secretária, que marcava os horários nos quais nós, os orientandos, seríamos recebidos a cada semestre para discutir os cursos ofertados e obter de David sua assinatura na ficha de matrícula. Ao adentrar seu escritório, vindo da saleta da secretária, a mudança imediata era de luminosidade, devido às duas janelas nas paredes à frente e à esquerda. Não era uma sala muito grande, mas aconchegante, cujo tom dominante da madeira das estantes talvez fosse mogno. Estava sempre bem aquecida no inverno e perfeitamente refrigerada no verão. Junto à mesa de David, encostada na janela, logo à esquerda, estava a cadeira para o visitante. David ficava no lado oposto, de costas para a outra janela.

Do lado direito do estudante ali sentado, colado ao gaveteiro e de frente para nós, um desenho ampliado de Steinberg sugeria que o estudante deveria ficar atento. Parecia um alerta, mas revelava uma incógnita: o que exatamente David queria nos dizer? Será que sua elegância verbal escondia uma mensagem tão simples quanto perturbadora, um simples “não”, que só surgiria se fôssemos suficientemente sofisticados para percebê-lo? E se ao contrário fosse um “sim”?



Aquele desenho sempre me intrigou. Anos depois, soube que tinha sido dado a David por um ex-aluno. Mas, sem dúvida, foi ele quem escolheu o lugar certo para colocá-lo — bem à nossa vista.

Em um determinado momento, deixei de freqüentar esta sala. Quando comecei a ser direcionada pela secretária para a sala oposta, no patamar do terceiro andar, este foi o sinal de uma mudança importante no relacionamento entre orientador e orientanda. Enquanto a sala dos alunos recém-chegados era pública — David era então chefe do Departamento — esta era reservada aos iniciados: a sala de trabalho de David, onde ele lia e escrevia. Muito ampla,

não era tão acolhedora como a primeira, nem tão harmônica, com menos luminosidade, a madeira preta em vez do mogno, mas com todos os indícios de um lugar de trabalho intenso: as paredes eram cobertas até o teto com estantes de livros (nas quais, com um rápido olhar, podíamos logo distinguir livros e coleções de revistas brasileiros — inclusive as nossas próprias dissertações). Na parede oposta, vários arquivos de aço armazenavam manuscritos de artigos e de livros, cópias de artigos, pastas de cursos ofertados. Naturalmente que só tenho conhecimento desses tesouros porque, em algum momento, David abriu esses fichários para me mostrar algo, ou para procurar apontamentos. Na grande mesa de trabalho, e espalhadas sobre cadeiras, pilhas de livros indicavam produção em andamento. Este foi o cenário em que, a partir do segundo ano, passei a encontrar meu orientador, e no qual, depois de expor questões ou de obter uma assinatura, às vezes ouvia de David algumas revelações que soavam surpreendentes, como seus planos para o próximo ano, ou sua dificuldade em terminar um livro, como aquele sempre impossível sobre parentesco.

Hoje, ao relembrar essas duas alas, é impossível não vinculá-las ao espírito estruturalista de David (aliás, só agora sou capaz de perceber esta dimensão). O estruturalismo foi fundamental na produção intelectual de David e na sua carreira acadêmica. Nessas duas salas, parece que ele colocava em ação oposições claras — se conscientemente ou não, sabemos que isso não importa: de um lado, a etiqueta, o protocolo, a racionalidade, a elegância contida e o lado profissional — que dominavam a pequena sala de atendimento; de outro, a informalidade, o ser humano vulnerável, o desalinho do trabalho em andamento, a criatividade e o afeto — que imperavam na sala maior.

\*

Esta afetividade desenvolveu-se em ritmo crescente ao longo dos cinco anos do doutorado, a ponto de eu desvendar, no último ano, que havia ainda um terceiro lugar de conversa, pois foi no escritório da sua casa, na Bowdoin Street, que discutimos vários capítulos de minha tese.

Ir à casa de David era algo habitual para os alunos. Todo primeiro final de semana de cada mês, invariavelmente, David e Pia convidavam professores e alunos (e seus "significant others", como anunciava um pequeno cartaz que marcava o dia e a hora) para uma *open house*, ocasião em que a comida era fantástica e se podia ter certeza de encontrar novos convidados de passagem por Cambridge. Essas recepções informais aconteciam sempre ao som de música brasileira, nas várias salas adornadas com quadros, geralmente de cores vivas e temas tropicais, também de pintores brasileiros. O Brasil foi um subtexto importante mesmo na vida privada de David. Mas

para discutir assuntos acadêmicos, só fui à sua casa quando estava escrevendo a tese. Chego a ela, então.

David foi um orientador atento, rigoroso, franco e generoso. Mais uma vez, relembro duas fases. A primeira correspondeu à preparação para a pesquisa, e antecedeu a defesa do projeto diante de uma banca de cinco professores. Não havendo defesa pública da tese, a defesa do projeto era o momento mais difícil do rito de passagem de um aluno "ABD" (a sigla corresponde às iniciais de *All But Dissertation*, como os estudantes são chamados depois que preenchem todos os requisitos para o doutorado, *menos a tese*).

Desta fase, possuo a correspondência que trocamos no ano acadêmico de 1977-8, quando David estava na Cambridge inglesa, em licença sabática. Essas longas cartas, minhas e dele, em "papel aéreo", datilografadas com cópia carbono, refletem o diálogo intenso e rico de troca de idéias, e o empenho de David e sua atitude vigilante que, hoje avalio melhor, certamente demandavam dele um tempo precioso da sua licença.

As cartas têm início com o relato da minha frustrada viagem a Guiné-Bissau — uma viagem exploratória para um futuro projeto de pesquisa que teria substituído seu convite para estudar organizações duais na Etiópia — e se intensificam com a mudança de tema para investigar a antropologia no Brasil. Este percurso foi realizado em alguns meses, e inclui a decepção que causei a ele por não fazer pesquisa de campo tradicional para o doutorado. Consolidado o novo tema, foi o momento de torná-lo um projeto viável. David fazia advertências diretas nas cartas: ora me alertava para os perigos de se ver, de uma perspectiva cultural, uma "tradição nacional" no Brasil; ora para o problema severo de delimitar a pesquisa. Em um momento, David reage a um esboço, apontando para a complexidade de se apresentarem os programas de pós-graduação então existentes. Outras vezes, chama a atenção para o risco de escrever uma tese histórica, e não antropológica. O cuidado com jargões é um alerta sempre presente, e são comuns perguntas que pedem respostas precisas. Não escapei da experiência da pretensão intelectual sem limites, que David procurava controlar: "Continuo achando a sua proposta ambiciosa demais e muito generalizante. [...] É demais. Talvez para o trabalho de uma vida — mas não para o seu doutorado" (22 março 1978). Esses cuidados e essas advertências foram indispensáveis para me ajudar a dar forma e conteúdo à tese, equacionando meus objetivos de uma forma viável. Revendo estas cartas, hoje, e confrontando com o que veio a ser a minha tese, creio que tentei seguir a perspectiva que ele assim descreve em um trecho: "Note que eu modifiquei um pouco a sua noção, alterando-a para *os problemas da antropologia no Brasil*. [...] Pode ser, ou não, que haja uma tradição antropológica distintivamente brasileira, e que ela assim o seja por ser influenciada por certos aspectos da cultura brasileira. Deixe isto aparecer no seu trabalho. Se assim o

for, melhor. Se não o for, não há mal algum" (1º. dezembro 1977). Essa confiança nos dados etnográficos foi um dos presentes que recebi de David.

Defendido o projeto, teve início uma segunda fase de orientação totalmente oposta à primeira. Se na definição do projeto David se mantinha alerta, vigilante e atento às menores questões, chegado o momento de escrevê-la, tive dele a mais total liberdade. Carta branca. Era como se ele tivesse cumprido a sua parte; agora era a minha vez. À medida que entregava os capítulos, tínhamos sessões de revisão em sua casa, ou na "sala de trabalho" do Peabody Museum, em que ele elaborava as anotações feitas conforme percorríamos o texto.

\*

Fecho essas recordações. Ao rever a correspondência que antecedeu à elaboração da tese, descubro que David me influenciou ainda mais do que eu poderia imaginar. Os meus alunos sabem da minha reação aos rótulos fáceis, esses rótulos que empobrecem a experiência rica do desenvolvimento da antropologia. Este trecho de uma carta de David, datada de 25 de janeiro de 1978, isto é, há trinta anos, não poderia ser mais eloqüente da sua influência (ou da nossa afinidade?):

Note que eu ainda insisto em falar sobre antropologia no Brasil e não numa antropologia brasileira. Continuo tendo dúvidas sobre os estilos nacionais de antropologia — no sentido de uma espécie de Volkgeist — e preferiria que você se concentrasse nas tradições nacionais — no sentido de uma atividade contínua em um determinado lugar. Aliás, tampouco acho que seja útil falar em antropologia americana ou britânica. No mais, uma das coisas mais remarcáveis da [antropologia no Brasil] parece ser o seu ecletismo. Portanto, não tentaria forçar seu enquadramento em categorias esquemáticas por conta de uma simples tese.

Não é apenas nas lembranças que um orientador continua presente na trajetória dos seus ex-alunos; é na nossa própria visão da antropologia que os orientadores, às vezes, se escondem.

## Epílogo

Em julho de 1980, depois de concluída a tese, fui me despedir de David. Ele me recebeu na sala de atendimento, a pequena sala das estantes de mogno que primeiro conheci.